

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 009/2019,  
DE 13 DE MAIO DE 2019.**

**Institui no Município de Ibirubá o Programa de Adoção  
de Logradouros e Equipamentos Públicos.**

**ABEL GRAVE**, Prefeito de Ibirubá - RS, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 68, inciso I, da Lei Orgânica do Município/90 e alterações, remete à apreciação desta Augusta Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

**CAPÍTULO I  
DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ADOÇÃO DE LOGRADOUROS E  
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS**

**Art. 1º** O Programa de Adoção de Logradouros e Equipamentos Públicos será desenvolvido com a participação espontânea de pessoas físicas e/ou jurídicas, interessadas em preservar os logradouros ou equipamentos públicos locais, assinando, em conjunto com a Administração Pública, o Termo de Adoção.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por logradouros e equipamento público os parques, praças, ginásios, áreas verdes, jardins, rotatórias, canteiros centrais de avenidas, pontos turísticos e monumentos de propriedade do Município, além de outros de lazer, cultura, recreação e esportes.

§ 2º O instituto jurídico de que trata esta Lei será regido pelos princípios da supremacia do interesse público, da participação da sociedade na gestão ambiental e da publicidade.

**CAPÍTULO II  
DAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO**

**Art. 2º** Entre as formas de participação no Programa, o interessado poderá:

**I** – Executar e/ou financiar serviços de conservação e manutenção de logradouro ou equipamento já existente;

**II** – Executar e/ou financiar a construção de um novo logradouro ou de ampliação em logradouro já existente, sendo que, nestes casos, o Município poderá disponibilizar ao interessado o apoio de maquinário pesado, caso necessário.

**Art. 3º** O instituto jurídico de que trata esta Lei será realizado:

**I** – de forma integral, quando a adoção ocorrer na totalidade do logradouro ou equipamento público; ou

**II** – de forma parcial, quando a adoção ocorrer em parcelas, espaços ou recantos do logradouro ou equipamento público local.

§ 1º É permitida a adoção de mais de 01 (um) logradouro ou equipamento público pela mesma pessoa física e/ou jurídica interessada.

§ 2º É permitida a adoção simultânea de 01 (um) mesmo logradouro ou equipamento público por até duas pessoas físicas e/ou jurídicas interessadas.

§ 3º A adoção de ginásios poderá ser total ou parcial, de forma que poderá contemplar apenas a quadra, as paredes internas, as fachadas externas ou a combinação destes ou ainda outra estrutura que faça parte do imóvel.

### **CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO PARA APRESENTAÇÃO E SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE ADOÇÃO**

**Art. 4º** O Poder Público publicará, anualmente, edital para o credenciamento de propostas de adoção de logradouro ou equipamento público.

**Art. 5º** As propostas recebidas serão encaminhadas para a Secretaria competente, para análise de sua viabilidade técnica.

§ 1º Dependendo de sua complexidade, poderão ser requeridos ao proponente, maiores esclarecimentos e adequações à proposta, podendo ser consultados outros setores competentes da Prefeitura para emissão de pareceres e recomendações de adequação, que serão apresentados ao proponente.

§ 2º Aprovada a proposta, o interessado receberá todas as informações técnicas para a boa execução dos serviços e/ou obras, tendo como base a sua proposta.

**Art. 6º** A proposta não aprovada, após comunicação ao interessado, será arquivada, o que não impedirá de ser apresentada nova proposta para o mesmo ou para outro logradouro ou equipamento, a qualquer tempo.

**Art. 7º** A proposta aceita dará ensejo à elaboração de Termo de Adoção.

### **CAPÍTULO IV DO TERMO DE ADOÇÃO**

**Art. 8º** Do Termo de Adoção deverá constar:

**I** – denominação do logradouro adotado, sua localização e, detalhadamente, a abrangência e os limites da responsabilidade do adotante acerca dos serviços que pretende realizar no logradouro ou equipamento público adotado;

**II** – o prazo de vigência da adoção; e

**III** – as atribuições da pessoa física e/ou jurídica responsável pela adoção.

**Art. 9º** À Administração Pública reserva-se o direito de exercer fiscalização contínua sobre a execução das obras e/ou serviços, durante toda a vigência do Termo de Adoção, recomendando ao interessado, a qualquer tempo e se necessário, as providências que deverão ser tomadas para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais ajustadas.

**Art. 10.** O descumprimento das cláusulas contratuais dará ensejo à rescisão contratual imediata, caso não seja cumprido o prazo concedido pelo Município para o saneamento das irregularidades detectadas.

**Art. 11.** O abandono do empreendimento também dará ensejo à rescisão contratual, a partir do momento em que for constatado que o interessado abandonou a execução do projeto.

**Art. 12.** As benfeitorias realizadas pelo participante, em qualquer tempo, sejam elas quais forem, não serão indenizadas pelo Município e passarão a integrar, desde logo, o Patrimônio Público Municipal.

**Parágrafo Único.** Todas as despesas decorrentes do Termo de Adoção, enquanto em vigor, correrão por conta do ente privado adotante, sem que o Poder Público assumira qualquer responsabilidade, seja ela de natureza civil, fiscal, previdenciária ou trabalhista.

**Art. 13.** Cada contrato de parceria terá um prazo de duração de até 12 (doze) meses, podendo ser renovado pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

## **CAPÍTULO V DA PUBLICIDADE**

**Art. 14.** O adotante de logradouros e equipamentos públicos terá direito à publicidade como contrapartida pela adoção, a qual será regulamentada por meio de Decreto.

§ 1º As atividades mencionadas neste artigo são isentas do pagamento de eventuais taxas municipais de publicidade, durante a vigência do contrato.

§ 2º A publicidade deverá ser exclusiva do participante do Programa, não podendo beneficiar, de qualquer forma, a terceiros.

§ 3º A publicidade somente poderá ser implantada no logradouro após o participante ter realizado pelo menos 50% (cinquenta por cento) das obras e/ou serviços ajustados.

§ 4º Rescindido ou terminada a vigência do Contrato, o material publicitário deverá ser retirado do logradouro pelo próprio adotante no prazo de 10 dias úteis, quando então, findo o prazo, o material passará ao domínio da Administração Pública, podendo ser reaproveitado ou encaminhado para reciclagem.

§ 5º Na adoção de ginásios a publicidade poderá ser implantada somente na estrutura (quadra, paredes internas ou fachadas externas) efetivamente adotada.

§ 6º No caso da adoção consistir apenas na realização de manutenção ou serviço específico, sem continuidade, a publicidade instalada permanecerá no local pelo prazo máximo de 12 meses ou até a necessidade da realização de novo serviço ou manutenção no mesmo logradouro ou equipamento público.

## **CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 15.** O Termo de Adoção não poderá ser transferido a terceiros sem a anuência da Administração Pública.

**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Municipal nº 1.628, de 27/04/1999.

GABINETE DO PREFEITO DE IBIRUBÁ, EM 13  
DE MAIO DE 2019.

ABEL GRAVE,  
Prefeito de Ibirubá.

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 009/2019,  
DE 13 DE MAIO DE 2019.**

**MENSAGEM**

**ASSUNTO:** Institui no Município de Ibirubá o Programa de Adoção de Logradouros e Equipamentos Públicos.

**PROPONENTE:** PODER EXECUTIVO

**TRAMITAÇÃO:** REGIME DE URGÊNCIA.

**FUNDAMENTAÇÃO:** Competência: Lei Orgânica do Município/90, artigo 68, inciso I.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

Encaminhamos a essa Egrégia Câmara, o Projeto de Lei Municipal n.º 009/2019, o qual institui no Município de Ibirubá o Programa de Adoção de Logradouros e Equipamentos Públicos.

Em verdade, trata-se de nova legislação em substituição à Lei Municipal n.º 1.628, de 27/04/1999 com a finalidade de possibilitar melhor regramento de adoção de logradouros públicos, ampliando suas possibilidades.

A adoção de logradouros públicos por entes privados possibilitará ao Poder Público destinar recursos financeiros e de mão de obra a outras áreas de interesse da comunidade além de permitir a participação privada na manutenção de espaços públicos que sofrem deterioração pela ação do tempo e vandalismo.

Cabe salientar que o objetivo do presente projeto não trata de privatização dos espaços públicos, mas sim da possibilidade de participação privada para a manutenção de tais espaços, em troca da possibilidade de aplicação de publicidade institucional.

Finalmente, salientamos nosso entendimento de que a aprovação deste Projeto de Lei permitirá o oferecimento de melhores condições às pessoas físicas e jurídicas interessadas na adoção de logradouros e equipamentos públicos e, em consequência, a possibilidade do Poder Público destinar esforços à outras áreas de demanda da sociedade Ibirubense.

Cordialmente,

ABEL GRAVE,  
Prefeito de Ibirubá.

EXMO Sr.  
VEREADOR DÁCIO AZEVEDO MORAES,  
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES  
IBIRUBÁ-RS.